

ÍNDICE

<i>Alguns estudos do autor</i>	5
<i>Prefácio</i>	11

Capítulo I — CONCEITO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Direito financeiro e direito tributário	23
2. Denominação do direito tributário	26
3. Direito tributário como ramo do direito público	27
4. Autonomia do direito tributário	28
4.1. Autonomia e especialização	30
4.2. Autonomia, modificação de conceitos de direito privado e interpretação do direito tributário	32
5. Relações do direito tributário com outros ramos do direito	33

Capítulo II — CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS

1. Noção de tributo	37
2. Conceito de tributo	40
2.1. Crítica do conceito legal de tributo	41
2.2. Nossa definição de tributo	47
3. Figuras tributárias	49
3.1. Rol de tributos na Constituição	50
3.2. Espécies tributárias no Código Tributário Nacional: o imposto	52
3.3. Espécies tributárias no Código Tributário Nacional: as taxas	53
3.3.1. Taxas de polícia	54
3.3.2. Taxas de serviço	55
3.3.3. Taxa e preço público	63
3.4. Espécies tributárias no Código Tributário Nacional: a contribuição de melhoria	68
3.5. Outras figuras tributárias	71
3.5.1. Pedágio	71
3.5.2. Empréstimo compulsório	73
3.5.3. Contribuições sociais, econômicas e corporativas	74
3.5.4. Contribuição para iluminação pública	78

4. Classificação das espécies tributárias.....	78
4.1. Insuficiência do critério legal de especificação dos tributos	78
4.2. O problema da classificação dos empréstimos compulsórios	82
4.3. O problema da classificação das contribuições.....	84
4.4. Súmula da doutrina sobre classificação dos tributos	87
4.5. Classificações bipartidas e pluripartidas	90
4.6. Razão histórica para o rol assistemático das espécies tributárias	91
4.7. Classificação “financeira” e classificação “jurídica” das espécies tributárias.....	96
4.8. Destinação e regime jurídico do tributo.....	98
4.9. Nossa classificação das espécies tributárias.....	102
4.9.1. Impostos	103
4.9.2. Taxas	104
4.9.3. Contribuições	105
4.9.4. Empréstimos compulsórios	108
5. Outras classificações de tributos	110

Capítulo III — A COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

1. Discriminação constitucional de rendas.....	115
2. Classificação da competência tributária.....	117
3. Critérios de partilha da competência tributária	118
4. Exercício da competência tributária.....	121
5. Conceitos de outros ramos do direito usados na definição da competência tributária.....	123
5.1. O sentido léxico e a definição da competência tributária	125

Capítulo IV — LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

1. As limitações do poder de tributar	127
1.1. Limitações do poder de tributar em normas infraconstitucionais	130
2. Princípios e normas de limitação do poder de tributar.....	132
3. Princípio da legalidade tributária e tipicidade.....	133
3.1. Reserva de lei formal e exceções	138
4. Princípio da irretroatividade da lei tributária	140
4.1. A irretroatividade relativa das leis	140
4.2. A irretroatividade da lei tributária.....	141
4.3. Irretroatividade e imposto de renda	142

5. Princípio da anterioridade da lei tributária.....	143
5.1. Anualidade e anterioridade	144
5.2. Conteúdo do princípio da anterioridade	146
5.3. Exceções ao princípio da anterioridade	147
5.4. Anterioridade e imposto de renda	151
6. Princípio da isonomia ou igualdade tributária	159
6.1. Princípio da uniformidade	161
7. Princípio da capacidade contributiva	162
7.1. Efetivação do princípio e respeito aos direitos individuais.	167
8. Princípio da vedação de tributo confiscatório	168
9. Princípio da liberdade de tráfego	170
9.1. Liberdade de tráfego e pedágio.....	171
10. Princípio da transparência dos impostos.....	172
11. Princípios e regras específicos de determinados impostos	172
12. Princípios tributários decorrentes da ordem econômica	174
13. Imunidades tributárias.....	175
13.1. As imunidades na seção das “Limitações do Poder de Tributar”	177
13.2. Outras imunidades no sistema tributário constitucional ...	183
13.3. Outras imunidades fora do sistema tributário constitucional.....	185
14. Limitações de alíquotas.....	186
15. Limitações quanto à base de cálculo.....	187
16. Limitações à concessão de isenções e benefícios	188

Capítulo V — FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Noção	189
2. A Constituição Federal.....	190
2.1. Emendas constitucionais.....	190
3. Leis complementares	191
3.1. Origem e características.....	191
3.2. Funções da lei complementar no direito tributário	192
3.3. A eficácia de lei complementar do Código Tributário Nacional.....	194
4. Leis ordinárias e atos equivalentes.....	196
4.1. Leis ordinárias	196
4.2. Leis delegadas.....	196
4.3. Medidas provisórias.....	197
5. Tratados internacionais	202
5.1. O tratado como lei especial.....	203

5.2. A questão do primado dos tratados.....	205
5.3. Tratado e tributo estadual ou municipal.....	208
6. Atos do Poder Executivo Federal com força de lei material.....	213
7. Atos exclusivos do Poder Legislativo	213
7.1. Resoluções	213
7.2. Decretos legislativos	214
8. Convênios.....	214
9. Decretos regulamentares.....	215
10. Normas complementares.....	216

Capítulo VI — VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Vigência das leis.....	219
2. Regras gerais.....	220
3. Vigência no espaço.....	220
3.1. Leis estrangeiras	222
4. Vigência no tempo.....	223
4.1. Vigência e princípio da anterioridade	224
5. Aplicação da lei tributária	225
5.1. Aplicação retroativa da lei tributária.....	226
5.2. As chamadas leis interpretativas	227
5.3. A retroatividade benigna em matéria de infrações.....	229

Capítulo VII — INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI TRIBUTÁRIA

1. Noção de interpretação e de integração	231
2. Interpretação do direito tributário	233
3. Integração do direito tributário	236
3.1. Analogia.....	238
3.2. Princípios gerais de direito tributário.....	239
3.3. Princípios gerais de direito público	240
3.4. Equidade	241
4. Princípios gerais de direito privado.....	243
5. Conceitos de direito privado utilizados na definição da competência tributária	246
6. Interpretação literal	247
7. Interpretação benigna.....	248
8. A interpretação econômica do direito tributário	249
9. Abuso de forma, abuso de direito e simulação.....	255

10. A dissimulação do fato gerador.....	263
11. A desconsideração da pessoa jurídica.....	265

Capítulo VIII — A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Noção de obrigação.....	269
2. Obrigação tributária	271
2.1. Natureza <i>ex lege</i> da obrigação tributária.....	272
2.2. Obrigação principal e obrigação acessória	273
2.2.1. Obrigação principal.....	273
2.2.2. O sentido da “acessoriedade” da obrigação dita acessória.....	275
2.3. Obrigação e fato gerador.....	276
2.4. Obrigação e patrimonialidade.....	277
2.5. Obrigações de adimplemento exigido pela lei e obrigações de adimplemento subordinado a providência do sujeito ativo	277

Capítulo IX — FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Noção e espécies de fato gerador.....	281
2. Crítica e defesa da expressão “fato gerador”	283
3. Elementos do fato gerador do tributo.....	289
4. Fatos geradores instantâneos, periódicos e continuados.....	293
5. Momento da ocorrência do fato gerador.....	297
5.1. Fato gerador e atos sujeitos a condição	299
6. Fato gerador, presunções e ficções.....	299
7. Tributação de atos ilícitos e de atos ineficazes.....	301
7.1. Interpretação do fato gerador.....	303
8. Efeito do fato gerador	304
9. Incidência, não incidência, imunidade e isenção	305
9.1. Crítica do conceito de isenção como “exclusão do crédito tributário”	308
9.2. Regime jurídico da isenção.....	310
9.2.1. Revogação de isenção, incidência e anterioridade.....	311
9.2.2. A revogação de isenção condicional e a prazo certo	313
9.3. Classificação das isenções	315

Capítulo X — SUJEITO ATIVO E PASSIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Sujeito ativo da obrigação tributária	317
--	-----

1.1. Competência tributária e sujeição ativa	318
1.2. Sucessão do sujeito ativo	320
1.3. Recepção da legislação de ente político desmembrado	322
2. Sujeito passivo da obrigação principal e da obrigação acessória	323
3. Contribuinte	325
3.1. Contribuinte e capacidade contributiva	326
3.2. Contribuinte como conceito jurídico-formal	327
3.3. Relação pessoal e direta do contribuinte com o fato gerador	328
4. Responsável	329
4.1. Responsável como “terceiro”	330
5. Sujeito passivo da obrigação principal e sanções pecuniárias	331
6. As técnicas de definição do sujeito passivo responsável	333
7. A responsabilidade tributária no Código Tributário Nacional	336
7.1. Limites à definição legal de responsabilidade tributária	337
7.2. Terceiro responsável e “responsabilidade” do contribuinte	339
7.3. Responsabilidade solidária	339
7.3.1. Efeitos da solidariedade	343
7.4. Responsabilidade por sucessão	345
7.5. Responsabilidade de “terceiros”	352
7.6. Responsabilidade “pessoal” de terceiros	353
8. Sujeição passiva e convenções particulares	354
9. Capacidade tributária	355
10. Domicílio tributário	357

Capítulo XI — LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

1. Nascimento da obrigação tributária e lançamento	359
2. Obrigação tributária e “crédito tributário” no Código Tributário Nacional	364
3. Conceito de lançamento	368
4. Natureza do lançamento	373
4.1. Lançamento como ato administrativo	373
4.2. Lançamento como ato vinculado	373
5. Moeda do lançamento	374
6. Lei aplicável ao lançamento	374
7. Inalterabilidade do lançamento	376
8. Modificação dos critérios jurídicos de lançamento	377
9. Modalidades de lançamento	383
9.1. Lançamento por declaração	384
9.2. Lançamento e revisão de ofício	386
9.3. Lançamento por homologação	389
9.4. A necessidade do lançamento	395

10. Lançamento e arbitramento.....	396
11. Efeitos do lançamento.....	397
12. Suspensão, extinção e “exclusão” do crédito tributário.....	399

Capítulo XII — SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Obrigação tributária e exigibilidade.....	401
1.1. Suspensão da exigibilidade.....	402
2. Moratória e parcelamento.....	405
3. Depósito do crédito tributário.....	408
4. Reclamações e recursos administrativos.....	409
5. Liminar e tutela antecipada.....	409

Capítulo XIII — EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Extinção da obrigação e extinção do crédito tributário.....	411
2. Extinção da obrigação acessória.....	413
3. Rol de causas extintivas do “crédito tributário” no Código Tributário Nacional.....	413
4. Pagamento.....	417
5. Consignação em pagamento.....	420
6. Decadência e prescrição.....	422
6.1. Os prazos extintivos no Código Civil de 1916.....	422
6.2. A decadência e a prescrição no Código Civil de 2002.....	427
6.3. Prazos extintivos no direito tributário.....	427
6.4. Decadência do direito de lançar.....	432
6.4.1. O prazo decadencial no lançamento por homologação....	435
6.5. Prescrição da ação de cobrança.....	440
6.6. Prescrição e lançamento por homologação.....	443
6.7. Interrupção da prescrição.....	443

Capítulo XIV — REPETIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO

1. Pagamento indevido e restituição de indébito.....	445
2. O direito à restituição do indébito.....	446
2.1. Desnecessidade de prova do erro no pagamento.....	447
3. Hipóteses de restituição.....	448
4. Restituição de tributos indiretos.....	450
5. Restituição de juros e penalidades.....	453
6. Prazos extintivos.....	453
7. Restituição e compensação.....	456

Capítulo XV — INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS

1. Infrações tributárias e sanções	457
2. Sanções criminais e administrativas.....	458
2.1. As “classificações” do direito penal.....	461
2.2. “Direito penal tributário” e “direito tributário penal”.....	462
2.3. Princípios comuns às sanções administrativas e penais.....	465
2.4. Objetivos comuns das sanções administrativas e penais.....	465
3. Infrações tributárias no Código Tributário Nacional	466
4. A figura do infrator no Código Tributário Nacional	468
5. Responsabilidade por infrações tributárias e intencionalidade ...	470
6. Responsabilidade por infrações e dano.....	472
7. Responsabilidade pessoal do agente	473
7.1. Ilícitos criminais	474
7.2. Infrações de dolo específico.....	475
7.3. Ilícitos civis contra terceiros	476
8. Denúncia espontânea e exclusão da responsabilidade por infrações	477
8.1. Espontaneidade e investigação fiscal	478
8.2. Forma da denúncia.....	479
8.3. Denúncia espontânea e multa de mora	480
9. Anistia	481
9.1. Anistia e isenção	482
9.2. Anistia e remissão	482
9.3. Anistia e obrigações acessórias.....	483
9.4. Retrospectividade da anistia e isonomia.....	484
9.5. Anistia fiscal e dolo.....	484
9.6. Forma e formalidades da anistia	486
10. Crimes tributários.....	488
10.1. Crime fiscal e prisão por dívida	488
10.2. Histórico dos crimes fiscais	489
10.3. Crimes contra a ordem tributária	491
10.4. Depositário infiel	493
10.5. Pagamento do tributo e exclusão da punibilidade.....	493
10.6. Denúncia espontânea e exclusão da punibilidade.....	494

Capítulo XVI — GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. Noção	497
2. Responsabilidade patrimonial pelo crédito tributário	499

3. Presunção de fraude	500
4. Indisponibilidade de bens	502
5. Preferências do crédito tributário	503
6. Prova de quitação de tributos	505

Capítulo XVII — ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Poderes das autoridades fiscais	507
1.1. Acesso a informações de interesse fiscal	508
1.2. Procedimento de fiscalização	510
1.3. Prestação de informações e sigilo fiscal	511
1.3.1. Oposição do dever de sigilo ao Fisco	511
1.3.2. Dever de sigilo do Fisco	512
2. Dívida ativa	513
3. Certidões negativas	513

<i>Bibliografia</i>	515
---------------------------	-----